

Negacionismo e falsificação histórica: o apagamento dos crimes de Stalin na história oficial do Partido Comunista Soviético

Beatriz Carvalho Schuindt

Resumo: O artigo analisa a obra História do Partido Comunista Bolchevique da URSS (1938) em comparação com a tradição da História Social da Revolução Russa, evidenciando os mecanismos de negacionismo, controle ideológico e falsificação histórica promovidos pela burocracia stalinista. Investiga-se como a narrativa oficial legitimou a repressão política a partir do uso instrumental do assassinato de Sergei Kirov (1934) e da validação das confissões forjadas no Primeiro Processo de Moscou (1936). O estudo também destaca a atuação da Comissão Dewey (1937) na contestação das acusações contra Leon Trotsky, bem como o apagamento deliberado do segundo e terceiro Processos de Moscou e dos Expurgos da Velha Guarda. Por meio de evidências documentais e do estudo de caso do economista Isaac Illich Rubin, demonstra-se a responsabilidade direta de Joseph Stalin na coordenação do aparato de terror soviético. Conclui-se ressaltando a importância da historiografia crítica como ferramenta indispensável para a desconstrução de discursos negacionistas e para a compreensão das contradições do processo revolucionário.

Palavras-chave: Stalinismo; Historiografia Soviética; Processos de Moscou; Negacionismo Histórico; Revolução Russa.

Abstract: This article analyzes the book History of the Communist Party of the Soviet Union (Bolsheviks) (1938) in comparison with the tradition of the Social History of the Russian Revolution, highlighting the mechanisms of negationism, ideological control, and historical falsification promoted by the Stalinist bureaucracy. It investigates how the official narrative legitimized political repression through the instrumental use of Sergei Kirov's assassination (1934) and the validation of forged confessions in the First Moscow Trial (1936). The study also highlights the role of the Dewey Commission (1937) in challenging the accusations against Leon Trotsky, as well as the deliberate erasure of the second and third Moscow Trials and the Purges of the Old Guard from the official history. Through documentary evidence and a case study of the economist Isaac Illich Rubin, Joseph Stalin's direct responsibility in coordinating the Soviet terror apparatus is demonstrated. The paper concludes by emphasizing the importance of critical historiography as an indispensable tool for deconstructing negationist discourses and understanding the contradictions of the revolutionary process.

Keywords: Stalinism; Soviet Historiography; Moscow Trials; Historical Negationism; Russian Revolution.

Embora tenha se desenvolvido em um contexto histórico específico, a Revolução Russa permanece objeto de intensos debates e controvérsias que se estendem até os dias atuais. As discussões em torno do tema evidenciam não apenas a complexidade do processo revolucionário, mas também a permanência de suas repercussões políticas e historiográficas na contemporaneidade. Trata-se de um debate que ultrapassa os limites do meio acadêmico, alcançando disputas políticas recorrentes entre diferentes correntes da esquerda e da direita, sobretudo no interior da tradição marxista.

Com o advento da internet, a expansão das redes sociais e a crescente atuação de youtubers e influenciadores alinhados à esquerda, essas discussões adquiriram novas dimensões e passaram a ocorrer de forma mais intensa e ampla. Esse fenômeno torna-se particularmente evidente nos debates acerca do papel de Joseph Stalin na construção do socialismo soviético. Nesse contexto, um dos pontos mais controversos refere-se aos chamados crimes de Stalin durante a década de 1930, especialmente aqueles relacionados aos Processos de Moscou e aos Expurgos.

Nesse ambiente virtual, é comum observar a circulação de argumentos vinculados a uma tradição associada à Stalin, frequentemente marcada por práticas de negacionismo e distorção histórica. Um dos pilares fundamentais dessa tradição stalinista foi construído a partir do controle exercido pelo Estado soviético sobre a produção intelectual e, sobretudo, sobre a produção historiográfica acadêmica, com o objetivo de monopolizar a interpretação da história. Desenvolveu-se, assim, uma historiografia oficial submetida à supervisão direta de Stalin e da burocracia do partido.

Esse processo culminou, em 1938, na publicação da obra *História do Partido Comunista Bolchevique da URSS*, que expressa a visão historiográfica oficial imposta pela burocracia stalinista. A publicação tornou-se o principal instrumento de difusão da narrativa histórica promovida pelo partido, sendo posteriormente reeditada e sistematizada por editoras soviéticas especializadas em publicações para o exterior, como as de “Línguas Estrangeiras”. Traduzida para diversos idiomas, entre eles espanhol, inglês, francês e português, ao longo do período entre 1939 e 1951, a obra consolidou-se como um elemento central na formação política e ideológica de militantes dos partidos comunistas em diferentes países. Mais do que um simples livro de história, passou a funcionar como um verdadeiro compêndio historiográfico para gerações identificadas com a tradição comunista.

Recentemente, essa importante publicação passou a receber nova divulgação no Brasil em razão de uma reedição promovida pelo Centro Cultural Manoel Lisboa. A

entidade está diretamente vinculada ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), organização que integra a Conferência Internacional de Partidos e Organizações Marxista-Leninistas. No prefácio dessa reedição brasileira, de 1999, da obra *História do Partido Comunista Bolchevique da URSS*, afirma-se de maneira enfática que o livro constitui “uma referência significativa para os militantes”. Tal formulação evidencia a intenção de apresentar a obra não apenas como um documento histórico de relevância, mas também como um instrumento fundamental de formação política e de consolidação da identidade ideológica dos militantes vinculados a essa tradição política.

Destaca-se que essa obra continua sendo publicada e divulgada, frequentemente apresentada como uma referência para a formação política de militantes. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar como a obra *História do Partido Comunista Bolchevique da URSS*, em comparação com a tradição da História Social da Revolução Russa¹, aborda os chamados crimes de Stalin, especialmente os Processos de Moscou e os Expurgos.

O presente artigo está dividido em sete partes. Inicialmente, apresentamos as principais características da historiografia soviética durante os tempos de Stalin. Em seguida, ao adentrarmos no processo histórico propriamente dito, analisamos o contexto do assassinato de Sergei Kirov e seus desdobramentos políticos. Posteriormente, discutimos o advento do Primeiro Processo de Moscou, destacando suas características repressivas e contraditórias. Na quarta parte, abordamos a atuação da Comissão Dewey, responsável por analisar o Primeiro Processo de Moscou sob a coordenação do filósofo e pedagogo norte-americano John Dewey. Em seguida, examinamos o segundo e o terceiro Processos de Moscou, bem como os Expurgos. Na sexta parte, discutimos como a tradição da História Social da Revolução Russa interpreta o papel específico de Stalin nesses acontecimentos. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

A historiografia soviética sob o stalinismo

Para entendermos a historiografia soviética que se desenvolve a partir do final de 1920 e se consolida no decorrer da década de 1930, devemos abordar o surgimento do marxismo-leninismo, como ideologia oficial do Estado soviético. O termo foi utilizado

¹ Chamo aqui de História Social da Revolução Russa a corrente historiográfica que se desenvolveu a partir da década de 1950 e buscou analisar a Revolução Russa afastando-se tanto do anticomunismo característico da soviologia norte-americana quanto da historiografia oficial soviética. Entre os principais representantes dessa tradição destacam-se Pierre Broué, Isaac Deutscher, Moshe Lewin e Jean-Jacques Marie, entre outros.

pela primeira vez em um artigo publicado por Kamenev em março de 1923, quando Lênin já estava doente e recluso. Desde então os componentes do partido vão aderir à moda. No contexto de disputas pela sucessão da liderança do partido, o “leninismo” será apresentado como um contraponto ao “trotskismo”. Esse processo aparece claramente em meados de 1924, no contexto do chamado “debate literário”, quando Stalin publica a obra intitulada *Problemas do leninismo*, e é reforçado em 1926, na obra *Questões sobre o leninismo*.

O combate ao trotskismo e o desenvolvimento do marxismo-leninismo, tanto no interior quanto fora do partido, contribuiu para a consolidação da noção de “desvio ideológico”. Por conseguinte, a partir de 1925, toda divergência passou a ser enquadrada como desvio, afastando seus defensores do leninismo tal como definido pelo Comitê Central. De acordo com Broué (2014), Stalin sustentava que o partido deveria ser “monolítico”, defendendo a unanimidade e a coesão como características essenciais dos comunistas: “É praticamente desnecessário”, escreve Stalin, “demonstrar que a existência de frações cria vários centros, o que implica a ausência de um centro comum de poder no partido, isto é, a fragmentação da vontade única” (Broué, 2014, p. 290). Diante disso, pode-se afirmar que atacar a direção do partido e seu aparato burocrático passou a equivaler a um ataque à própria revolução. Tal concepção levou os dirigentes a “resistir ao assalto”, sob a justificativa de que, durante a construção do socialismo, o partido estaria permanentemente cercado por inimigos.

O historiador espanhol, Joseph Fontana, apresenta as características dessa concepção burocrática e evidencia que ela proporcionou reflexos duradouros na produção historiográfica:

Os dois traços característicos desta literatura – simplificação catequista e “defesa da revolução”, ou seja, da nova ordem estabelecida – refletiram-se no trabalho dos historiadores russos, especialmente depois da crise de 1927 a 1929 quando surgiu o que costumamos chamar de stalinismo. Nesse contexto, o “marxismo-leninismo” foi utilizado como ideologia de legitimação que ajudou a subordinar tudo às necessidades políticas conjunturais, isto é, às diretrizes do partido. (Fontana, 2004, p. 310)

Para Georges Haupt (2010), o método dessa historiografia política consiste em fazer coincidir a revolução com seu resultado político, reduzindo-a ao produto final do processo revolucionário. Nessa perspectiva, tudo é atribuído ao novo Estado revolucionário, como se conceitos e tendências existissem apenas na medida em que contribuíram para o surgimento desse desfecho. Essa historiografia de orientação

stalinista concentra-se na sistematização manipuladora dos fatos e na projeção normativa da história, dirigindo a memória coletiva e as experiências vividas pelo movimento operário. Com isso, transforma-se em uma barreira que impede a compreensão crítica do processo histórico.

Haupt (2010) afirma que as organizações dos partidos reivindicam para si o direito de representar, reconstituir e de controlar a memória coletiva do movimento operário, modulando a maneira de conservar, conceber e transmitir sua história. Ele argumenta: “A história do movimento operário torna-se essencialmente uma arma entre rivais no seio do movimento, serve para justificar esta hostilidade e legitimar as aspirações hegemônicas” (Haupt, 2010, p. 55). Nesse sentido, o discurso histórico é mobilizado como instrumento de polêmica, propaganda e formação ideológica, convertendo-se em uma espécie de “ciência de legitimação” arquitetada pelo aparelho burocrático. Este, por sua vez, não cria conteúdos propriamente novos, mas se apropria de fragmentos já existentes, reorganizando-os e atribuindo-lhes novos sentidos conforme seus próprios interesses.

Evidencia-se que o controle e a censura não permaneceram apenas no campo político, mas também se infiltraram no meio acadêmico, dando origem a uma historiografia que Fontana (2004) chamou de “esclerose dogmática”. Segundo o historiador espanhol, Stalin havia decidido, em 1934, que o trabalho dos historiadores deveria enquadrar-se às diretrizes do partido em cada momento. Dessa forma, condenou os chamados “ratos de biblioteca”, isto é, aqueles que fundamentavam seus argumentos na análise documental para sustentar teses, e rejeitou-se a ideia de “continuar estudando” questões já decididas pelo partido, que deveriam ser tratadas como axiomas. Fontana (2004, p. 311) enfatiza que “De fato, a reelaboração da história a fim de legitimar em cada momento a linha política do partido seria um elemento-chave do stalinismo”. Nesse contexto, os historiadores soviéticos foram forçados a abandonarem o marxismo como método crítico, substituindo-o por uma imitação de sua linguagem, descolada dos procedimentos analíticos desenvolvidos por Marx:

Sendo uma linguagem com pouca substância teórica, o “marxismo” tinha uma maleabilidade quase ilimitada que podia adaptar-se às demandas políticas do momento. A pesquisa marxista séria podia ser perigosa. A proclamação de lealdade à linha do partido converteu-se na ordem dia”. Isto permitiu que Stalin, em 1934, quando consolidava seu poder pessoal autocrático, decidisse “deixar sua marca no modo de escrever a história na União Soviética, com o propósito de legitimar o regime” (Fontana, 2004, p.312-313).

Fontana conclui que em meados da década de 1930, consolidou-se uma profunda dissociação entre a prática de pesquisa e uma teoria esclerosada. Essa historiografia, apesar de ter inúmeras citações de Lenin e de Marx, assumia, na prática, um caráter meramente positivista, marcada pela descrição factual com foco nos grandes personagens, os líderes do partido, em especial, Lenin e Stalin. Apesar de se apresentarem como relatos factuais e objetivos, permaneciam sujeitos a constantes revisões. Esses textos podiam ser modificados a qualquer momento para se adaptarem às diretrizes políticas vigentes, evidenciando sua subordinação às necessidades do poder.

De acordo com Isaac Deutscher (2006), Stalin levou a uma simplificação extrema da concepção marxista, encurtando de modo abrupto a distância entre política, filosofia e literatura. Esse processo acabou por subordinar áreas como a Ciência, a História e a Arte às exigências imediatas da política oficial. A cada nova diretriz econômica ou política, historiadores, filósofos, escritores e artistas precisavam revisar suas produções para garantir que estivessem alinhadas às orientações mais recentes do regime. Para os historiadores, a situação foi particularmente difícil. Em 1931, Stalin os censurou duramente na “Carta ao editor da *Proletarskaia Revolutsia*”, revista dedicada à história da revolução, acusando-a de permitir “contrabando trotskista” em suas páginas. Posteriormente, críticos literários, historiadores e filósofos passaram a exaltar o “líder amado” como a maior autoridade intelectual de seu tempo. Assim, o estilo pessoal de Stalin acabou sendo elevado à condição de modelo cultural dominante na União Soviética.

Angelo Segrillo (2010), em seu texto *Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens*, aponta que houve, de fato, uma “queda em desgraça” intelectual de correntes que haviam sido amplamente difundidas e influentes durante a década de 1920, acompanhada pela imposição hegemônica de uma narrativa concebida como versão oficial do bolchevismo e da Revolução Russa. Nesse contexto, Segrillo (2010) destaca a obra de Mikhail Pokrovsky, principal historiador soviético dos anos 1920 e autor de *As causas econômicas da Revolução Russa*. Apesar de sua centralidade naquele período, Pokrovsky foi progressivamente apagado a partir da década de 1930, enquanto seus seguidores passaram a ser perseguidos, evidenciando o processo de reconfiguração e controle da produção historiográfica sob o stalinismo.

Segrillo (2010) também argumenta que foi nesse contexto que começou a ser elaborada uma obra que deveria expressar a versão oficial dos bolcheviques sobre a sua própria história. Sobre a elaboração dessa obra, Segrillo argumenta:

Contendo sugestões diretas de Stalin, o *Kratkii Kurs* [Breve Curso] narrava uma história oficial do partido bolchevique desprovida das “distorções” de Trotsky, Bukharin, Schlyapnikov e outros rivais de Stalin no partido durante a década de 1920. A pura ortodoxia stalinista narrava os acontecimentos revolucionários e se tornava a visão padrão para as escolas do país desde então. Os grandes debates e divergências dos anos 1920 não teriam mais espaço nas publicações oficiais e os historiadores do país passaram a ter que atuar sob limites bem mais estreitos e definidos. (Segrillo, 2010, p. 70).

Sob a supervisão direta de Stalin, que não apenas revisou os textos originais, mas também redigiu pessoalmente o capítulo referente ao materialismo dialético e histórico, a obra realizou uma verdadeira “cirurgia” na memória coletiva acerca da Revolução de Outubro. Figuras essenciais para a conquista bolchevique, como Leon Trotsky, foram progressivamente eliminadas ou transformadas em traidores e representantes da contrarrevolução na narrativa oficial. O processo de reescrita da história pretendia validar a liderança de Stalin como o único e verdadeiro sucessor de Lênin, suprimindo as nuances, as incertezas e os debates democráticos que caracterizavam os primeiros anos do partido.

A narrativa foi reduzida a uma sequência linear e heroica, na qual o acerto predominava como norma, enquanto a divergência era considerada sinônimo de heresia. Afastar-se da narrativa burocrática ou recorrer a arquivos que desmentissem o texto oficial representava um risco que poderia resultar em expurgo ou em isolamento intelectual. Dessa forma, a historiografia oficial converteu-se em uma espécie de ritual estatal, em que a precisão científica foi suprimida pela lealdade ideológica, e a complexidade da Revolução foi simplificada a um maniqueísmo educativo, voltado para a formação das novas gerações de cidadãos soviéticos sob a égide do culto à personalidade.

O assassinato de Kirov

Daremos início à avaliação da obra *História do Partido Comunista Bolchevique da URSS* a partir das considerações apresentadas sobre o assassinato de Kirov, que consta no capítulo XI, intitulado “O Partido Bolchevique na Luta pela Coletivização da Agricultura (1930-1934). A questão é tratada diretamente no item quatro: “Os bukharinistas degeneraram em falsários políticos – Os falsários trotskistas degeneraram em um bando de assassinos e guardas brancos espíões. – O infame assassino de S. M. Kirov – Medidas do Partido para fortalecer a vigilância dos bolcheviques”.

O texto começa com uma exposição sobre as “informações” disponibilizadas acerca do caso de Kirov:

No sumário aberto ficou comprovado que, no ano de 1933 a 1934, tinha sido constituído, em Leningrado, por alguns antigos componentes da oposição zinovievista, um grupo terrorista contrarrevolucionário clandestino, à frente do qual figurava o chamado “centro de Leningrado”. Este grupo tinha se proposto, como objetivo, assassinar os dirigentes do Partido Comunista. A primeira vítima que haveria de cair era S. M. Kirov. Pelas declarações dos envolvidos nesse grupo contrarrevolucionário se comprovou que estavam em relação com representantes de Estados capitalistas estrangeiros, de quem haviam recebido dinheiro.

Convictos e confessos, os participantes dessa organização foram condenados pela Corte Militar do Tribunal Supremo da U.R.S.S. à pena máxima do fuzilamento. (Comissão do Comitê Central..., 1999, p. 178).

Antes de avançarmos na análise desse trecho, faz-se necessário abordarmos brevemente o perfil de Kirov. De acordo com Deutscher (2006), ao longo da década de 1920, Serguei Kirov conquistou a confiança de Stalin, tornando-se seu representante político em Leningrado. Atuava como porta-voz do regime na cidade e desempenhava um papel tanto na condução das políticas locais quanto no controle da Polícia Política. No entanto, em 1º de dezembro de 1934, Kirov foi assassinado em Leningrado por Leonid Nikolaiev, um jovem ligado a círculos da oposição. Ao receber a notícia, Stalin deslocou-se pessoalmente à cidade e, segundo relatos, interrogou o acusado durante horas de forma intensa e direta. Nikolaiev pertencia a um pequeno grupo de jovens comunistas radicalizados. O episódio provocou um forte abalo em Stalin, que passou a suspeitar da existência de uma rede conspiratória mais ampla, possivelmente infiltrada até mesmo em seu círculo mais próximo.

Várias versões do ocorrido foram publicadas antes de haver uma declarada como oficial, todas elas compondo argumentos contraditórios e duvidosos. A primeira versão publicada nos diz que um grupo de conspiradores da Guarda Branca² apoiara Nikolaiev no ato, e que um cônsul lituano planejou tal complô (Deutscher, 2006, p. 291). Há de se observar que em nenhum momento se falou na participação da oposição interna do Partido e que tal versão não fora abandonada até o décimo sexto dia do *post mortem*.

² Nome dado às forças contrarrevolucionárias russas que lutaram contra os bolcheviques durante a Guerra Civil Russa (1918-1921). Compostas por ex-oficiais do exército czarista, monarquistas, liberais e outros opositores do regime soviético, as tropas brancas buscavam restaurar a ordem anterior à Revolução de 1917.

Posteriormente, uma segunda versão afirma que o assassino de Kirov era fiel seguidor de Zinoviev e Kamenev e sequer menciona os Guardas Brancos.

Broué (2014), por sua vez, afirma:

O acusado Nikolaiev trouxe vários documentos (um diário, declarações dirigidas a diferentes instituições etc.), com quais tentava descrever seu crime como um ato pessoal de desespero e descontentamento, originado pela piora de sua situação material e que tinha de ser interpretado como um protesto contra a atitude injusta de certos membros do governo em relação a uma pessoa viva. (Broué, 2014, p. 339-340)

Os objetivos reais de Nikolaiev, talvez nunca saberemos, infelizmente. Apenas podem ser consideradas especulações que até os dias atuais são impossíveis de se comprovar. Ao voltarmos para o discurso dos autores da História Oficial, eles concluem sem tardar, em míseras duas linhas, o caso do assassinato de Kirov, no qual haviam mais de dez pessoas acusadas. O livro não nos dá uma única prova do julgamento, nenhum anexo, diálogo entre promotoria e réu ou sequer os nomes dos outros acusados além de Nikolaiev. A falta de informações concretas sobre tais acontecimentos é elucidada por Trotsky (s/d):

A imprensa não disse absolutamente nada sobre as circunstâncias nas quais Nikolaiev matou Kirov; não disse nem que funções desempenhava Nikolaiev nem quais eram suas relações com Kirov. Os detalhes do atentado permanecem na sombra. (Trotsky, s/d, p. 233)

Nos dias 28 e 29 de dezembro de 1934, Nikolaiev e os outros jovens acusados (todos eles membros em comum do *Komsomol*) foram postos em portas fechadas para ser-lhes arrancadas confissões. Entretanto, durante “não disseram uma palavra da participação de Zinoviev, de Kamenev ou de qualquer outro “Trotskista” na preparação do atentado” (Trotsky, s/d, p. 224). Ao final do processo, os quatorze acusados, intitulados membros do “Centro de Leningrado”, foram condenados e executados. Podemos acrescentar o comentário que Trotsky (s/d) fez em relação à realização ao desenvolvimento do Primeiro Processo de Moscou:

A GPU trazia à luz periodicamente o cadáver para novas acusações, novas confissões, novas execuções... Depois de uma nova preparação psicológica de dezoito meses, durante os quais os acusados mais importantes permanecem na prisão, a GPU lhes apresentou um *ultimatum*, era preciso que ajudassem a fazer chegar a Trotsky a acusação de terrorismo. A questão foi colocada assim no sumário que precede o Processo dos Dezesesseis. “Vocês já deixaram de ser perigosos para nós – diziam em resumo os agentes de Stalin à Zinoviev, Kamenev e aos outros prisioneiros – vocês sabem. Trotsky, porém, não se rendeu. A guerra se aproxima (pois sempre os bonapartistas fazem vibrar a corda do patriotismo). Devemos a qualquer preço terminar com Trotsky o mais breve possível. Comprometê-lo. Implicá-lo no terrorismo, ligá-

lo à Gestapo...” – “Mas – [...] ninguém nos crerá. A única coisa que faremos será nos comprometer a nós próprios, sem conseguir o objetivo...” A conduta devia seguir esta linha. Alguns candidatos rebeldes à acusação foram fuzilados, sem julgamento, para que os restantes compreendessem que não se tratava de escolher. “que creiam ou não em vocês – deviam responder os juízes de instrução – isto não é da sua conta. O que vocês deviam provar é que todas as suas declarações anteriores não foram hipócritas, que vocês são fiéis ao Partido (isto é, a casta dirigente) e estão dispostos a lhe consagrar todos os sacrifícios.” (Trotsky, s/d, pg.70)

Nem todos consentiram em confessar tudo que fora exigido, mas todos os acusados, sem exceção, confessaram que Trotsky, no estrangeiro, havia dirigido apelos clandestinos ao terrorismo, dando instruções correspondentes e ainda enviando à URSS os executantes.

Deutscher (2006) destaca que O assassinato de Kirov gerou uma perturbação tão grande no núcleo da burocracia de Stalin, que houve a necessidade desse acontecimento servir como “testa de ferro” para os futuros processos. Na primavera de 1935, em resposta ao assassinato e motivado por um crescente clima de paranoia, o regime deportou dezenas de milhares de bolcheviques de Leningrado, juntamente com suas famílias, para regiões remotas do norte da Sibéria. Em outras partes do país, diversos indivíduos foram igualmente rotulados como “assassinos de Kirov” e deportados em massa, alimentando a expansão dos campos de trabalho forçado.

O terror contra “os assassinos de Kirov” estava feito: trotskistas, zinovievistas e stalinistas insatisfeitos, milhares deles condenados aos campos de concentração e vários altos funcionários da GPU de Leningrado foram acusados de “negligência do dever” e condenados com uma suavidade surpreendente dentro de dois ou três anos. Não há dúvidas de que Stalin estava usando a morte de Kirov como pretexto para um novo ataque contra a oposição. Trotsky (s/d) ainda complementa sobre o caso em sua perspectiva, segue a citação completa:

O assassinato de Kirov não quebrantou um só instante o poder absoluto da burocracia; deu-lhe, ao contrário, a possibilidade ansiada de exterminar, às centenas, os homens que ela teme, de cobrir de lama seus adversários e de semear a desorientação na consciência dos trabalhadores. [...]

Se as tendências terroristas surgem em certos círculos da juventude soviética isto não é devido à atividade política da oposição, e sim, ao contrário, uma prova da derrota da oposição, do estrangulamento de toda opinião, de todo protesto, por efeito do desespero e da cólera. [...] Publiquei um folheto intitulado: *O assassinato de Kirov e a burocracia soviética*. Escrevi que a calamidade desta intriga, que custou a vida de Kirov, longe de deter Stalin, o obrigaria a montar uma máquina ainda mais pesada. Não havia necessidade de ser profeta para prevê-lo;

bastava conhecer as circunstâncias, os fatos e os homens... (Trotsky, s/d, p. 68-70)

Este foi o início de uma escalada repressiva que culminaria, em seguida, no Grande Expurgo. Ao avançarmos na leitura do nosso objeto de pesquisa, entramos em uma nova fase de julgamentos, nominados “Processos de Moscou”.

O Primeiro Processo de Moscou

O assassinato de Kirov ocorreu em 1º de dezembro de 1934. O chamado Primeiro Processo de Moscou, também conhecido como “Processo dos Dezesesseis”, teve início em 19 de agosto de 1936. Portanto, ele foi instaurado cerca de 1 ano e 8 meses depois da morte de Kirov. Entre os acusados estavam Zinoviev, Kamenev e Trotsky. Todos foram acusados, novamente, de conspirar em um complô terrorista cujo objetivo seria assassinar Kirov. De acordo com Broué (2014), a tese da acusação afirma que Zinoviev e Kamenev comandavam um “centro” com apoio de Trotsky, cujo objetivo era preparar e executar atentados terroristas contra dirigentes do Partido e do Estado. A tese de acusação segue afirmando que Trotsky enviara seis terroristas à URSS com vistos fornecidos pela Gestapo. Por conseguinte, Zinoviev transmitiu a ordem dada por Trotsky para matar Kirov.

Vejamos como a obra *História do Partido Comunista Bolchevique da URSS*, aborda o processo:

Pouco depois foi comprovada a existência da organização contrarrevolucionária clandestina chamada “Centro de Moscou”. O sumário e o exame do processo evidenciaram o infame papel desempenhado por Zinoviev, Kamenev, Levdokimov e outros dirigentes dessa organização na obra de inculcar nos seus correligionários ideias terroristas e de preparar o assassinato dos membros do Comitê Central e do governo soviético.

Fingindo, à vista do processo, que se arrependiam de seus crimes, os zinovievistas continuaram dando provas de falsidade até nesse momento. Ocultaram suas relações com Trotsky. Ocultaram que em união com os trotskistas, se tinham vendido aos serviços de espionagem fascistas, ocultavam seus atos de espionagem e sabotagem. Os zinovievistas silenciaram perante o Tribunal suas relações com bucharinistas, a existência de um bando unificado trotskista-bukharinista de servidores a soldo do fascismo.

[...] Já então, em 1935, era evidente que o grupo zinovievista constituía uma organização encoberta de Guardas Brancos, cujos componentes só mereciam ser tratados como Guardas Brancos.

Um ano depois soube-se que os organizadores autênticos, diretos e efetivos do assassinato de Kirov e das medidas preparatórias destinadas ao assassinato dos membros do Comitê Central, tinham sido Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Bakaiev, Ievdokimov, Pikel, I. M. Smirnov, Ter-Vargarin, Reingold e outros. Os criminosos, colhidos com a mão na massa, não tiveram outro remédio senão reconhecer publicamente, perante os juízes, que não só haviam organizado o assassinato de Kirov, como também preparavam o de todos os demais dirigentes do Partido e do governo. O sumário evidenciou, além disso, que esses desalmados se dedicavam também à organização de atos diversivos e de espionagem. Durante o processo, celebrado em Moscou em 1936, foi posta a nu toda a monstruosa abjeção moral e política desses indivíduos, toda sua repugnante baixaza e traição que vinham encobrindo com hipócritas declarações de lealdade ao Partido. (Comissão do Comitê Central..., 1999, p. 178-179).

Essa passagem evidencia como a obra stalinista trata o tema de maneira superficial e fortemente marcada por intenções político-ideológicas, sem apresentar documentação consistente, provas materiais ou demonstrações históricas rigorosas que sustentem as acusações formuladas. Em vez de desenvolver uma análise fundamentada, o texto recorre à repetição de denúncias e à construção de uma narrativa baseada em mecanismos de falsificação histórica e apagamento de opositores. As acusações aparecem como meios de legitimação das perseguições conduzidas pelo Estado soviético do que como conclusões derivadas de investigação.

Também chama atenção o fato de que, entre as imputações dirigidas aos acusados, surge recorrentemente a alegação de colaboração ou aproximação com o nazismo. Tal afirmação desempenha um papel central na retórica stalinista da década de 1930, pois permitia associar adversários políticos internos à figura do “inimigo absoluto”, reforçando a ideia de conspiração contrarrevolucionária e justificando, perante o partido e a sociedade soviética, a repressão promovida nos Processos de Moscou.

No tribunal, afirma Broué (2014), Nikolaiev confessara que o cônsul lituano insistira com ele para que entrasse em contato com Trotsky e lhe escrevesse uma carta. Trotsky então observou que o “cônsul” era na verdade um agente da NKVD (antiga GPU que se transforma na NKVD em 1934, consolidando o regime repressivo stalinista), que planejava somente “descobrir” o que Nikolaiev tramava depois que conseguisse uma prova de que ele mantinha contato com Trotsky, e, enquanto não conseguiam essa “prova”, deixaram Nikolaiev a solta, confiantes de que poderiam controlar seus movimentos. Como a NKVD fracassou em obter as falsas provas contra Trotsky através de Nikolaiev, tentariam consegui-las de Zinoviev e Kamenev.

De acordo com Broué (2014), a promotoria, liderada por Andrei Vishinski, não apresentou nenhuma prova material concreta. A acusação baseava-se essencialmente em confissões obtidas sob tortura (Kamenev confessa em 13 de julho, Mrachkovski no dia 20, Pickel no dia 23, Evdokimov em 12 de agosto, Smirnov no dia 13 do mesmo mês e Ter-Vaganian no dia seguinte) e em evidências questionáveis. Uma delas era uma carta de Trotsky de 1932, publicada abertamente, na qual se lia: “Por último, é preciso levar à prática o veemente conselho póstumo de Lênin: afastar Stalin”. Apesar de seu caráter político e público, Vishinski interpretou essa frase como uma ordem direta de assassinato. Ainda segundo Broué (2014), outra suposta evidência era um relato duvidoso sobre uma carta escrita com “tinta invisível” por um “chefão do crime”, que teria sido decifrada por dois acusados em momentos distintos, detalhe que contribuiu para o caráter absurdo das acusações.

Trotsky, que havia buscado refúgio em uma aldeia chamada Weksal, na Noruega, recebeu no dia 15 de agosto de 1936, a notícia da acusação dos “Dezesseis”, tendo a si próprio como o principal acusado. Deutscher (2006) narra a reação imediata de Trotsky em sua conversa com Knudsen, seu anfitrião:

Knudsen não tinha certeza dos detalhes, mas não restavam dúvidas de que Zinoviev e Kamenev eram acusados de terrorismo e de associação com a Gestapo. Trotsky ficou espantado. “Terrorismo? Terrorismo?”, continuou repetindo. “Bem, ainda posso compreender essa acusação. Mas Gestapo? Disseram Gestapo? Tem certeza?”, perguntou, em seu espanto. “Sim, foi o que disseram”, confirmou Knudsen. Mais tarde, naquele mesmo dia ficaram sabendo que a acusação também dizia que da Noruega Trotsky enviava terroristas e assassinos para a União Soviética. (Deutscher, 2006, p. 343).

A acusação de que Trotsky esteve em contato com o centro foi confirmada por Golzman, que acrescenta ter participado também em 1935, de uma reunião com Sedov no Hotel Bristol, em Copenhague e, logo após com o próprio Trotsky, recebendo deles instruções para fomentar o terrorismo. Smirnov ainda tentou desmentir as “confissões” que havia consentido no sumário, mas opuseram-lhe imediatamente o testemunho de sua esposa, suas próprias declarações e as afirmações de todos os outros réus.

Outros acusados declararam ter preparado atentados contra os dirigentes do Partido. Zinoviev e Kamenev, depois de haverem sofrido as piores torturas, reconheceram a responsabilidade moral dos atos terroristas e consentem sua participação na organização de tais crimes. Estas “confissões” servirão em seguida á GPU como ponto de partida para novas chantagens. Zinoviev afirma que “Ardiam de ódio” logo depois de Kamenev

declarar “o que nos guiou foi um ódio sem limites contra a direção do partido e do país, e uma sede de poder”. Em sua última fala no tribunal, Zinoviev declarou:

Sou culpado de ter organizado, depois de Trotsky, o bloco trotskista-zinovievista, que se atribuiu a finalidade de assassinar Stalin, Voroshilov e outros líderes [...] Confesso culpado de ter sido o principal organizador do assassinato de Kirov. Estabelecemos aliança com Trotsky. Meu bolchevismo deficiente transformou-se num anti-bolchevismo e através do trotskismo, cheguei ao fascismo. O trotskismo é uma variedade do fascismo, e o zinovievismo é uma variedade do trotskismo. (Op. Cit., p.170)

Depois de cinco dias de “vituperação grosseira e insultos obscenos”, durante os quais a promotoria não apresentou uma única prova, o tribunal pronunciou sua sentença, condenando todos os réus à morte e concluindo que Trotsky e seu filho Sedov, como dirigentes de atos terroristas na URSS, ficando sujeitos a prisão imediata e julgamento do Supremo Tribunal da URSS. Tal Processo ocorreu exatamente depois da marcha de Hitler sobre a Romênia e pouco depois de ter a Frente Popular formada por seu governo na França. De acordo com Deutscher (2006) os processos serviram como chantagem ao movimento trabalhista e à intelectualidade esquerdista do Ocidente, que consideravam Trotsky como um aliado contra Hitler. Stalin ameaçou, na verdade, que se houvessem protestos contra seus expurgos, retaliaria rompendo com a Frente Popular e deixando a Europa Ocidental sozinha frente ao *Terceiro Reich*. No dia 25 de agosto de 1936, os dezesseis foram executados e o jornal *Pravda* publicou: “Desde então, se respira melhor, o ar é mais puro, nossos músculos adquirem nova vida, nossas máquinas funcionam com mais alegria, nossas mãos são mais destros” (*Apud* Broué, 2014, p. 351).

Não é difícil revelar os problemas e incoerências que o Processo dos Dezesseis deixa a mostra. Segundo Broué (2014), é necessário lembrar da falsa confissão de Golzman sobre ter encontrado Trotsky no Hotel Bistol em dezembro de 1935, nem sequer é preciso pesquisar a fundo para saber que esse precário edifício da acusação foi demolido em 1917 e que em toda Copenhague não existe nenhum hotel com o mesmo nome. Por outro lado, Sedov confirma com testemunhas e com vistos que lhe foram concedidos na época mencionada, que nunca estivera em Copenhague.

Outra debilidade presente no Processo dos Dezesseis, aponta Deutscher (2006) estava na acusação formulada contra velhos bolcheviques de manter entendimentos com a Gestapo. Não existe indício algum para tal alegação. Nem Zinoviev, Kamenev, Smirnov ou qualquer outro dos acusados de reputação política admitiu essa ligação. O discurso

ainda conta que Trotsky teria entrado em negociações com a Gestapo por intermédio de desconhecidos suspeitos com fins de “derrotar o socialismo”.

Trotsky refutou as acusações dizendo para a imprensa que era “a maior falsificação da história política do mundo” e que Stalin promoveu esse julgamento a fim do extermínio da oposição, também afirmou que a burocracia dominante trata todas as críticas e formas de oposição como conspirações:

O Processo de Moscou, visto no espelho da opinião mundial, é um enorme fiasco... A camarilha dirigente não se resignará a ele. Do mesmo modo que depois do fracasso do primeiro processo Kirov (janeiro de 1935), ela teve que preparar um segundo (agosto de 1936), para sustentar as acusações que formula contra mim e terá de descobrir agora novos atentados, novos *complots*, etc. (Trotsky, s/d, p. 143).

Mesmo após enviada, a declaração de Trotsky fora confiscada pelo governo norueguês. Porém, sua teoria não demorou para se concretizar, era realmente necessário um novo processo para anular o anterior, preencher lacunas e mascarar as contradições já expostas pela crítica.

A Comissão Dewey

Como mencionado anteriormente, o assassinato de Kirov fora o stopim para o início dos Processos de Moscou. Ao decorrer desses, Trotsky sentiu ser necessário reunir evidências para provar sua inocência, estabelecendo um álibi completo mesmo estando exilado da URSS, não deixando dúvidas de que as acusações stalinistas eram totalmente infundadas, mostrando o verdadeiro significado político dos fatos.

Dessa forma, Trotsky se empenhou em reconstruir todas as suas atividades desde o tempo em que ficara na Turquia até o momento presente no México, recolheu provas dos seus intermináveis arquivos, em partes, dispersos em jornais em vários idiomas. Recolheu testemunhos e declarações formais de ex-secretários e guarda-costas, de partidários, mesmo alguns tendo se tornado adversários; de ministros, consulados, chefias de polícia, agências de viagens, zeladores de edifícios, além de conhecidos em vários países. Ao mesmo tempo, escreveu para jornais americanos seus comentários, numa tentativa de tornar compreensíveis suas opiniões à imprensa mexicana, conseguindo ainda que fossem criadas em diversos países “Comissões de Inquérito”.

Seu filho, Sedov, que estava na França, também se dedicou a tarefa de levantar provas da falsificação do processo. A coleta de testemunhos era um tanto quanto dificultosa pela hostilidade dos ex-trotskistas, tais como os membros do grupo de

Molinier³, com quem romperia com Trotsky. Era uma batalha interminável para os dois acusados que tentavam provar sua inocência ao mesmo tempo em que eram espionados pela NKVD e perseguidos por todos os stalinistas.

A esperança de Trotsky era que o contrajulgamento das comissões fosse feito numa escala adequada à provocação, de modo a abalar a consciência do movimento trabalhista internacional. Dessa forma, solicitou um parecer da Segunda Internacional e da Internacional dos Sindicatos de Amsterdã. Sedov estabeleceu o contato com o Secretário da Segunda Internacional, Friederich Alder, e solicitara a denúncia dos expurgos de Moscou como “Caça medieval às feiticeiras”. Depois de muita demora, houve uma declaração da Executiva da Internacional condenando os expurgos, mas a organização recusou-se a participar de qualquer inquérito ou contrajulgamento e a mesma atitude foi tomada pela Internacional dos Sindicatos.

A campanha permaneceu bastante limitada. Os vários Comitês pela Defesa de Trotsky eram compostos principalmente de anti-stalinistas declarados e alguns anticomunistas tradicionais, o que restringia muito mais o efeito do veredito do contrajulgamento. No mês de março de 1937 os comitês americano, francês, inglês e tcheco-eslovaco constituíram uma Comissão Conjunta de Inquérito com sua autoridade maior sendo John Dewey, o presidente da Comissão. A comissão ficou conhecida como Comissão Dewey, embora seu nome oficial fosse “Comissão Internacional de Inquérito sobre as Acusações Feitas contra Leon Trotsky nos Processos de Moscou” (*Commission of Inquiry into the Charges Made Against Leon Trotsky in the Moscow Trials*). Dewey era filósofo e educador americano, que também tinha fama de ser amigo da União Soviética. John F. Finerty, um famoso advogado de defesa nos grandes julgamentos políticos americanos foi o conselheiro jurídico da Comissão.

A Comissão iniciou as audiências no dia 10 de abril. Cerca de 50 pessoas estavam presentes, entre elas jornalistas e fotógrafos. As sessões foram conduzidas de acordo com as normas jurídicas americanas. John Dewey, presidente da Comissão, convidou formalmente a Embaixada Soviética, bem como os Partidos Comunistas do México e dos

³ Corrente trotskista francesa liderada por Raymond Molinier (1904-1994), que rompeu com Trotsky em meados da década de 1930 devido a divergências táticas e organizativas. Molinier e seus seguidores fundaram o *Parti Communiste Internationaliste* (PCI), defendendo ações mais independentes e radicais em relação à linha defendida por Trotsky, especialmente sobre a atuação em frentes de esquerda e métodos de construção partidária.

Estados Unidos, a enviarem representantes para participarem e acompanharem o interrogatório. Todos, porém, ignoraram o convite.

Dewey abriu os trabalhos com um discurso inaugural, no qual declarou:

Nossa função é ouvir as declarações que nos possa fazer o Sr. Trotsky, interrogá-lo e apresentar os resultados de nossa investigação à Comissão de que somos parte. [...] O fato de ter ele sido condenado sem qualquer oportunidade de ser ouvido constitui uma das maiores preocupações da Comissão e da consciência de todo o mundo. (*Apud* Deutscher, 2006, p. 393)

Foram 13 longas sessões realizadas ao longo de uma semana. Durante esses dias, Trotsky rememorou os principais acontecimentos de sua trajetória política, expôs suas convicções, analisou as divergências que o separavam de Stalin e Bukharin, mas também de Zinoviev e Kamenev, descreveu as características de cada uma dessas figuras e detalhou todas as etapas dos embates travados com eles. Nenhuma pergunta ficou sem resposta, nenhuma questão relevante deixou de ser esclarecida, e nenhum evento histórico significativo foi ignorado.

Vários meses se passaram até que a Comissão pronunciasse seu veredito. Ainda assim, durante esse intervalo, Trotsky precisou complementar as provas anteriormente apresentadas. Ao final, a Comissão presidida por John Dewey concluiu o contrajulgamento com a seguinte declaração contundente: “À base de todas as provas [...] constatamos que os julgamentos [de Moscou] de agosto de 1936 e janeiro de 1937 foram farsas [...] Comprovamos que Leon Trotsky e Leon Sedov não são culpados”.⁴ No entanto, a conclusão do Inquérito não tivera a repercussão desejada na Europa, que ignorou totalmente perante os acontecimentos críticos do ano. Ainda assim, ao analisarmos os trabalhos dessa Comissão, com base nas evidências, apurando os fatos e documentações históricas disponíveis às nossas mãos como historiadores, não é difícil apontar a inocência do pai e filho nos processos.

O Segundo, o Terceiro Processo e os Expurgos

É importante destacar que o segundo e o terceiro Processos de Moscou, assim como os Expurgos, não são mencionados na obra *História do Partido Comunista Bolchevique da URSS*, o que evidencia uma tentativa de apagar e negar esses

⁴ Not Guilty! (Relatório da Comissão de Inquérito sobre as acusações feitas a Leon Trotsky nos julgamentos de Moscou). Ver também a carta de Trotsky a Liova, datada de 21 de janeiro de 1938.

acontecimentos trágicos, ao mesmo tempo em que se busca minimizar a responsabilidade de Stalin pelas decisões tomadas durante os julgamentos.

O Segundo Processo de Moscou ocorreu em janeiro de 1937 e teve como alvo diversos antigos bolcheviques, então acusados de espionagem em favor de potências estrangeiras, participação no assassinato de Kirov e envolvimento em uma organização clandestina supostamente vinculada a Trotsky e ao nazismo. Entre os principais réus, Karl Radek confessou ter mantido correspondência com Trotsky, embora alegasse ter destruído as cartas posteriormente. Já Georgy Pyatakov declarou ter viajado secretamente a Oslo, onde teria se encontrado pessoalmente com Trotsky. Segundo sua confissão, recebeu ordens diretas para executar atos de sabotagem e terrorismo contra o Estado soviético.

Broué (2014) argumenta que as acusações incluíam ações deliberadas de sabotagem econômica, como a definição de metas de produção reduzidas para os ferroviários, a diminuição intencional da extração de carvão, a provocação de explosões em minas, além de envenenamentos e acidentes supostamente premeditados. Todos esses atos, de acordo com a promotoria, teriam sido orquestrados sob ordens diretas de Trotsky. No entanto, as confissões foram amplamente questionadas. Durante os julgamentos de Nuremberg, por exemplo, o promotor soviético se reuniu com Rudolf Hess, figura-chave do regime nazista, que negou qualquer contato entre o governo de Hitler e Trotsky (Broué, 2014, p. 362). Além disso, nenhuma prova concreta foi apresentada que comprovasse as alegações de colaboração entre os acusados e potências estrangeiras.

O Terceiro Processo de Moscou teve início em março de 1938. Na ocasião, o promotor soviético apresentou acusações formais contra 21 réus, entre eles figuras proeminentes da Revolução Russa, como Nikolai Bukharin e Alexei Rikov. Eles foram denunciados como integrantes de uma suposta organização conspiratória denominada “bloco dos direitistas e trotskistas”, que, segundo a acusação, reunia não apenas ex-bolcheviques, mas também mencheviques, socialistas-revolucionários (SRs) e nacionalistas estrangeiros.

De acordo com Broué (2014), a promotoria afirmou que esse bloco operava sob a direção de serviços de inteligência estrangeiros hostis à União Soviética, em virtude de um alegado acordo intermediado por Trotsky. Bukharin, especificamente, foi acusado de participar de um complô ainda mais antigo, supostamente organizado em 1918 por membros da ala esquerda dos socialistas-revolucionários, com o objetivo de capturar e

assassinar Lenin, uma acusação que beirava o absurdo, dado seu papel central na Revolução de Outubro e sua estreita relação com o próprio Lenin durante aquele período.

Ao longo dos julgamentos, todos os acusados confessaram os crimes que lhes foram imputados. No entanto, anos mais tarde, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, Khrushchev revelou que essas confissões haviam sido obtidas por meio de torturas físicas e psicológicas severas. Segundo ele, os métodos utilizados levavam os réus a estados extremos de despersonalização, colapso mental e completa perda de dignidade humana. Khrushchev também denunciou o uso sistemático de ameaças e manipulações, como a promessa de comutação da pena de morte em troca de confissões formais. Apesar disso, mesmo aqueles que aceitaram colaborar acreditando que seriam poupados, em sua maioria, foram executados.

Broué (2014) evidencia que os Processos de Moscou se constituíram como uma caça aos antigos líderes bolcheviques, muitos dos quais participaram diretamente da Revolução de Outubro e da criação da III Internacional. De acordo com o *Pravda* de 05 de junho de 1936, os Processos de Moscou tiveram origem na premissa de que “Com a mão firme seguiremos destruindo os inimigos do povo, monstros e bestas trotskistas, seja qual for a hábil camuflagem com que se escondam” (*apud* Broué, 2014, p. 349). As acusações recaíram de maneira arrasadora sobre a “velha guarda” bolchevique. Ainda Segundo Broué (2014, p. 379), “todos os líderes citados no testamento de Lenin, com a exceção de Stalin e Trotsky, foram acusados de traição e acabaram sendo executados, mortos na prisão, desaparecidos em julgamentos secretos ou eliminados sem sequer serem submetidos a processos formais”.

Deutscher (2006) afirma que os Expurgos afetaram diretamente a velha guarda bolchevique e as altas patentes do Exército Vermelho, mas acrescenta que os expurgos também atingiram cientistas, intelectuais e operários comuns, evidenciando a natureza ampla e repressiva da campanha. A organização dos julgamentos e a orientação das investigações estavam fortemente vinculadas à sua estratégia de estabelecer uma burocracia leal e eliminar qualquer indício de pluralismo político no partido.

Marie (2011) também analisa as execuções promovidas no interior do Exército Vermelho, destacando que muitas delas ocorreram sem a realização de processos formais ou julgamentos prévios que garantissem qualquer possibilidade de defesa aos acusados. Segundo o historiador, a repressão atingiu amplos setores da alta hierarquia militar soviética, marcada por prisões arbitrárias, confissões obtidas sob coerção e condenações sumárias. Esse processo de perseguição política não apenas eliminou oficiais

considerados suspeitos de deslealdade ao regime, mas também reforçou o clima de terror instaurado durante os expurgos stalinistas:

Stalin [...] Tem uma prioridade, a depuração do exército, que conduz a passos de caracol. Em 26 de julho, Lejov envia a Stalin a lista de 138 oficiais subalternos que propõe colocar na primeira categoria, a dos condenados à morte. Stalin e Molotov anotam assim: “Fuzilar os 138”; Em novembro, Lejov submete-lhe uma segunda lista de 292 oficiais subalternos, igualmente lacônicos: “Fuzilar os 292”. Quantos oficiais e oficiais superiores terão sido assim liquidados? Roy Medvedev admite o número de 25.000 a 30.000, Alexandre Iakovlev, 40.000, Dmitri Volkogonov, 70.000. O historiador Oleg Suvenirov extrai dos arquivos números mais modestos: entre 1937-1939, escreve, os tribunais militares condenaram 8.122 oficiais e oficiais superiores. Mas os números não compreendem nem a Força Aérea, nem a Marinha, nem todos aqueles que anteciparam a sua detenção e julgados depois de um golpe, nem todos os que se suicidaram. Depois do processo de junho de 1937, o comando soviético, dizimado por uma onda de suicídios que não figuram nas estatísticas da repressão. É preciso acrescentar 11.000 oficiais enviados para o Gulag. Vorochilov, num discurso de outubro de 1938, atingiu o número de 40.000 quadros do Exército eliminados. É, sem dúvida alguma, o número certo. (Marie, 2011, p. 475-476).

Há Também um parágrafo intrigante que se pode destacar no texto de Marie (2011), que aborda sobre uma “limpeza” que deve ser feita em quatro meses:

Uma instrução de 30 de julho separa as vítimas em duas categorias: os que são submetidos à detenção e execução imediata, e aqueles que são abrangidos por um internamento de 8 a 10 anos. A limpeza terá de ser feita em 4 meses. Dados estatísticos incompletos apontam para uma cota total de 259.450 pessoas a deter, das quais 72.950 a executar. Para provar o seu zelo, os dirigentes locais reclamam um aumento das suas cotas. Pouco tempo depois, o Politburo aumenta para quase 10% o total das pessoas a deter e para mais de 20% o dos futuros fuzilados. As cotas são fixadas em Moscou, mas as vítimas são, excluindo os dirigentes, designadas no local. Os ajustes de contas pessoais vão de vento em popa: quantos trotskistas, nacionalistas burgueses ou guardas brancos não serão, na realidade, senão vizinhos a quem se espreita quarto ou um apartamento, ou um contramestre, um chefe de brigada, um diretor ou um camarada de bancada com o qual se tem um antigo contencioso? Dois meses mais tarde, o Politburo acrescenta um lote suplementar de aproximadamente 90.000 indivíduos a deter (majoritariamente detidos no Gulag) e ordena o fuzilamento de 10.000 detidos no Gulag. (Marie, 2011, p. 479-480).

Adicionalmente, os expurgos tinham um propósito ideológico: eliminar qualquer alternativa teórica ou política ao stalinismo. Por exemplo, isso explicou na intensa perseguição aos trotskistas e a outros importantes intelectuais, como Pachukanis⁵, David

⁵ Evgeny Pachukanis (1891-1937): Jurista e teórico marxista russo, destacou-se por sua obra *Teoria Geral do Direito e Marxismo* (1924), na qual analisou a forma jurídica sob a perspectiva marxista. Foi vítima dos expurgos stalinistas.

Riazanov⁶ e Isaac Illich Rubin⁷. Portanto, o sistema repressivo se transformou em um meio de reescrita histórica e uniformização ideológica, incompatível com qualquer discussão crítica. De acordo com Deutscher (2006, p. 398):

O objetivo verdadeiro e muito mais amplo de Stalin era destruir os homens que representavam potenciais governos alternativos, talvez não um, mas vários governos alternativos. Naturalmente, é impossível citar textualmente discursos e textos de Stalin para comprovar esta afirmação. Toda a história precedente, o decurso dos processos e as consequências destes é que demonstram a motivação das suas ações. Desde o princípio, identificara qualquer tentativa de criar um governo alternativo, ou mesmo qualquer ideia a respeito, com a contrarrevolução. A consequência direta e indiscutível dos processos foi a destruição de todos os centros políticos dos quais, sob certas circunstâncias, podia surgir tal tentativa.

Uma questão que permanece em aberto é: como Stalin não temia que, durante as audiências, os próprios acusados denunciasses a farsa dos processos? Na prática, o risco de uma ruptura pública era mínimo, pois os réus estavam submetidos a um sistema de terror cuidadosamente estruturado pela NKVD. Além da pressão psicológica, os presos eram frequentemente submetidos a longos interrogatórios, privação de sono, isolamento extremo, ameaças contínuas e diferentes formas de violência física e moral destinadas a quebrar sua resistência.

A maior parte dos acusados não temia apenas pela própria vida, mas também pelo destino de seus familiares, constantemente utilizados como instrumento de coerção e chantagem psicológica. Esposas, filhos e parentes próximos podiam ser presos, deportados ou executados caso os interrogados se recusassem a colaborar com as confissões previamente elaboradas. A NKVD mantinha vigilância constante sobre a vida privada dos altos funcionários do partido e, não raramente, prendia primeiro as esposas ou familiares dos futuros acusados, ampliando o clima de medo e tornando extremamente difícil qualquer tentativa de contestação pública durante os julgamentos.

O caso do economista Isaac Illich Rubin ilustra de forma clara como se desenvolveram milhares de perseguições, processos, torturas e desaparecimentos de intelectuais dissidentes durante os expurgos soviéticos. Seu destino foi trágico: Rubin desapareceu durante os expurgos de 1937, e muito pouco se sabe sobre os últimos anos

⁶ David Riazanov (1870-1938): Historiador e intelectual marxista russo, fundador do Instituto Marx-Engels em Moscou. Ficou conhecido por seu trabalho na edição crítica das obras de Marx e Engels. Também foi vítima dos expurgos de Stalin.

⁷ Isaac Rubin (1886-1937): Economista marxista russo, autor de *Ensaio sobre a Teoria do Valor de Marx* (1928), que influenciou a interpretação social do valor em Marx. Perseguido e morto durante o período stalinista.

de sua vida. Ainda assim, uma carta escrita por sua irmã, B. I. Rubina, revela aspectos importantes desse processo repressivo.

Desde 1904, Rubin participava de movimentos revolucionários. Inicialmente, integrou o *Bund*, uma organização social-democrata judaica ligada aos mencheviques. Em 1917, ajudou a formar o grupo dos “mencheviques internacionalistas” e, em 1920, defendeu publicamente a ideia de que os sindicatos deveriam preservar sua independência em relação ao Estado soviético, atuando como representantes autênticos da classe trabalhadora.

Rubin também teve atuação destacada no meio acadêmico. Colaborou com o processo revolucionário e trabalhou durante anos ao lado de David Riazanov no Instituto Marx-Engels (IME), em Moscou. Além disso, traduziu obras de Marx, ministrou aulas de Ciências Sociais em Moscou e lecionou Economia Política no Comissariado do Povo para a Educação. Contudo, com o início da repressão aos mencheviques em 1921, foi preso pela Tcheka, embora tenha sido libertado pouco depois graças à intervenção de bolcheviques influentes.

De acordo com Padiál (2023), em dezembro de 1923, Rubin foi novamente preso, mais uma vez por associação aos mencheviques. Em março de 1931, foi incluído no processo contra membros do grupo, acusado de colaborar com o suposto “Bureau Sindical” do Comitê Central do POSDR. As evidências apresentadas contra ele eram marcadamente contraditórias e continham falsificações evidentes. No entanto, após sessões de tortura, todos os acusados acabaram por confessar sua culpa. Rubin foi então demitido de seu cargo no Instituto Marx-Engels, expulso do Partido e acusado de “traição e colaboração direta com os interventores mencheviques”.

Rubina (2023) descreve em seu relato que no mesmo dia em que foi acusado de integrar o fictício “Bureau”, Rubin escreveu uma carta expondo sua visão sobre o caso. No entanto, ao ler o conteúdo, o investigador simplesmente o rasgou diante dele. Rubin foi condenado a cinco anos de prisão, dos quais três foram cumpridos em confinamento solitário na prisão de Suzdal.

Ao chegar à prisão, segundo Rubina (2023), Rubin foi colocado durante vários dias no *kartser*, uma cela minúscula escavada na pedra, onde havia espaço apenas para permanecer em pé ou sentado sobre o chão gelado. Mesmo submetido a essas condições brutais, resistiu. Posteriormente, voltou a ser enviado ao *kartser*, mas sua resistência permaneceu intacta. Como as punições não produziram o efeito esperado, as autoridades o transferiram para o confinamento solitário, submetendo-o a constantes humilhações.

Todos os seus pertences pessoais foram confiscados. Inspeções frequentes em sua cela buscavam qualquer mínima infração às rígidas normas de manutenção; quando encontravam algo, Rubin era punido com a limpeza das latrinas da prisão. Durante os interrogatórios, os investigadores alternavam momentos de aparente cordialidade, afirmando que “isso é necessário para o Partido”, com longas sessões noturnas sem interrupção, acompanhadas de zombarias, intimidações e intensa pressão psicológica.

O relato de Rubina (2023) segue descrevendo os momentos finais do seu irmão. Ela afirma que na madrugada de 28 para 29 de janeiro de 1931, Rubin foi levado a um porão onde estavam reunidos vários oficiais e um prisioneiro chamado Vasilyevskii. Um dos oficiais ameaçou: “Vamos atirar em você agora, se Rubin não confessar.” Desesperado, Vasilyevskii implorou: “Isaak Ilyich, quanto custa para você confessar?”. Ainda assim, Rubin recusou-se a admitir culpa e manteve a calma, mesmo testemunhando a execução de Vasilyevskii.

Na noite seguinte, de acordo com Rubina (2023) a cena se repetiu. Dessa vez, o prisioneiro ajoelhado era um jovem que parecia ser estudante. Os oficiais voltaram-se para ele e disseram: “Você vai levar um tiro porque Rubin não confessa.” Em resposta, o jovem rasgou a camisa à altura do peito e gritou: “Atirem, fascistas, gendarmes!”. E assim o fizeram. Seu nome era Dorodnov. Após essas duas noites de brutalidade psicológica, Rubin decidiu iniciar negociações com os investigadores.

A nova “confissão” que lhe foi exigida consistia em admitir ter sido membro de uma comissão de programa vinculada ao suposto “Bureau” além de afirmar que mantinha em seu escritório no Instituto Marx-Engels documentos pertencentes ao chamado “Centro Menchevique”. Segundo a versão forjada, após ser demitido do Instituto, Rubin teria entregado esses documentos a David Riazanov, lacrados em um envelope, tratando-se de supostos materiais sobre a história do movimento social-democrata. Também deveria confessar que havia pedido a Riazanov que guardasse os documentos por um período (Rubina, 2023).

Durante as negociações, houveram disputas minuciosas sobre a formulação de cada palavra. Quando Rubin foi julgado, em 1º de março de 1931, levava no bolso do casaco a “confissão” escrita, revisada com correções em tinta vermelha feitas pelo próprio investigador. Ao longo das sessões, ficou evidente para Rubin que Riazanov era o principal alvo do processo. Assim, compreendeu que, caso não fosse ele a mencioná-lo, outro o faria. Em suas declarações, tentou preservar Riazanov, fazendo parecer que o havia enganado ao entregar os documentos, e manteve essa versão em todos os seus

depoimentos. A confissão impressa em 21 de fevereiro declarava que Rubin entregara, em mãos, um envelope lacrado a Riazanov e pedira que os documentos fossem mantidos no Instituto (Rubina, 2023).

O resultado do julgamento foi mais cinco anos de prisão para Rubin. Posteriormente, foi exilado em Turgai, no Cazaquistão. Em 1937, no contexto das prisões em massa durante os Expurgos, Rubin foi preso novamente. De acordo com Rubina (2023), a prisão de Aqtobe, onde se encontrava, estava superlotada e as condições de vida eram extremamente precárias e insalubres. Após algum tempo, Rubin foi transferido para um local desconhecido fora de Aqtobe, e desde então, nunca mais se teve notícia dele.

Os expurgos não possuíam apenas uma finalidade política imediata; eles também desempenharam um papel fundamental na consolidação do poder de Stalin. Os expurgos, mais do que simples manifestações de violência estatal, constituíram elementos centrais da estrutura do regime stalinista, instaurando um ambiente de medo permanente no qual qualquer forma de divergência era interpretada como sinal de traição.

O papel de Stalin

A historiografia tem evidenciado os objetivos de Stalin na promoção dos Processos de Moscou e dos expurgos: ele não atuava apenas como uma figura simbólica do regime, mas também como o principal arquétipo do aparato de terror soviético. Os historiadores tiveram acesso a um amplo conjunto de documentos, incluindo ordens diretas do *Politburo*, relatórios internos da NKVD e comunicações entre centros regionais. Esses materiais demonstram que, embora nem todos os documentos tenham sobrevivido ao tempo ou sido integralmente divulgados, existem evidências suficientes para confirmar a liderança de Stalin nos processos repressivos.

Um dos mais importantes pesquisadores da historiografia russa e soviética, Moshe Lewin (2007, p. 137), reforça essa interpretação ao apresentar dados e relatos anteriormente ocultos nos arquivos da polícia secreta da URSS. Segundo o autor, somente em 1934 o Partido “substituiu” a maioria de seus delegados antes do XVII Congresso: 1.108 foram presos e 848 executados. Em seguida, o historiador apresenta informações relativas a um relatório de um julgamento ocorrido antes mesmo do Processo dos Dezesseis:

O relatório também citava ordens da NKVD, instruindo agentes sobre como conduzir a repressão, e dando uma ideia de seus métodos: o

banimento total de qualquer organização ou centro anti-soviético; grandes violações da lei pelos investigadores; falsos complôs inventados pelos próprios agentes da NKVD; total fracasso da Promotoria para efetivamente supervisionar a NKVD; arbitrariedades judiciais da parte do Colégio Militar das forças armadas da URSS, que tolerou “procedimentos extrajudiciais”.

De acordo com o relatório, a fonte de toda essa aventura está na autorização do Comitê Central Executivo, em dezembro de 1934, após o assassinato de Kirov, para a ação fora da lei. [...] A responsabilidade pessoal de Stalin pelo amplamente utilizado recurso à tortura dos acusados foi garantida por várias testemunhas, inclusive funcionários do ministério de Assuntos Internos (MVD), que foram vítimas de repressão, e por três documentos disponíveis no fim do relatório: um telegrama de Stalin datado de 10 de janeiro de 1939, reafirmando a validade de “métodos físicos”; um memorando com sua aprovação para a execução de 138 funcionários de alto nível; e uma carta que recebeu de P. I. Eikhe (membro do Politburo), antes de sua execução. Entre 1937 e 1939, Stalin e Molotov pessoalmente assinaram cerca de quatrocentas listas de pessoas a serem executadas (um total de 44 mil nomes). (Lewin, 2007, p. 137-138)

Todas essas evidências apresentadas por Lewin reforçam o caráter negacionista da obra soviética. Torna-se evidente que o discurso proposto no livro analisado é marcado por estratégias de apagamento e falsificação histórica. O negacionismo manifesta-se na tentativa deliberada de minimizar ou ocultar os crimes cometidos por Stalin, como perseguições políticas, torturas, execuções sumárias e prisões arbitrárias.

Lewin (2007) também destaca aspectos centrais da personalidade política de Stalin, especialmente seu desejo insaciável de exercer controle absoluto sobre o Estado e a sociedade soviética. Segundo o historiador, essa postura refletia-se diretamente na tentativa de supervisionar e “coordenar” todas as publicações produzidas durante seu governo, desde documentos oficiais e materiais de propaganda até obras historiográficas e produções culturais. Tal prática evidencia não apenas a preocupação em controlar a circulação de informações, mas também o esforço sistemático de moldar a memória histórica e consolidar uma narrativa oficial:

Stalin também não era cientista. Ainda assim, editou, por exemplo, a conferência de Lysenko na Academia de Ciências para publicação. Tinha também a última palavra em questões relativas à economia, linguística e – não é necessário dizer – história. Já que estava fazendo história, porque não editar pessoalmente um livro-texto de história para escolas? Em resumo, os trabalhos de Stalin assumiram proporções patológicas: pretendia ter conhecimento profundo de uma totalidade tão complexa que ninguém jamais havia alcançado e impunha a sua visão do assunto. Será que se considerava um gênio? O que se sabe com certeza é que os grandes talentos o fascinavam. Seria inveja de que pudessem, com seu conhecimento, destruí-lo à vontade? Ou simples prazer de provar que podia detectar erros e oferecer conselhos? [...] (Lewin, 2007, p. 119)

Deutscher (2006) acrescenta que, mesmo Stalin não sendo diretamente responsável por cada ação, ele foi o principal idealizador e beneficiário do aparato repressivo. O Secretário Geral nunca apareceu pessoalmente nos julgamentos dos processos e jamais sentou no banco de testemunhas, mesmo assim, Stalin era a pessoa por detrás de toda a criação do cenário ali representado:

Este não é o lugar para descrever a longa série de processos. Preocupam-nos aqui com o papel de Stalin neles e com seus motivos. Ele não apareceu pessoalmente sequer uma vez nos tribunais. E não se chamou ao banco das testemunhas, o homem que supostamente seria a vítima principal de conspirações tão sinistras e disseminadas. No entanto, durante todo o espetáculo macabro, podia-se sentir sua presença como auxiliar de cena. Mas não só: além de auxiliar de cena, ele era também o autor, o diretor e o produtor invisível. (Deutscher, 2006, p. 394)

Deutscher não deixa dúvidas quanto ao papel central desempenhado por Stalin durante os expurgos. Segundo o historiador, a repressão tinha como um de seus principais objetivos instaurar um clima permanente de medo e submissão incondicional, condição considerada essencial para a consolidação e centralização do poder político. Paralelamente, os expurgos contribuíam diretamente para a construção do culto à personalidade, no qual Stalin era apresentado como o único líder legítimo, infalível e verdadeiro guardião da revolução soviética.

Jean-Jaques Marie (2011) cita o discurso de Stalin proferido no encerramento da sessão do *Politburo* de 05 de março de 1937, o qual deixa evidente sua intenção de eliminar os antigos membros do partido bolchevique e a amplitude do seu plano. Seu objetivo era afastar a velha geração, mas como esta não sairia sem resistir, o meio mais seguro, seria sua eliminação:

[...] Será que é necessário aniquilar e extirpar não somente os verdadeiros trotskistas, mas também aqueles que há tempos se converteram ao trotskismo e que acabaram, já faz algum tempo, por abandonar o trotskismo [...], aqueles que chegaram a passar pela rua por onde há pouco passaram este ou aquele trotskista? Parece-me que as vozes ecoam nesse sentido, aqui, neste plenário. (Marie, 2011, p.467)

Percebe-se que seu discurso visa não só aos trotskistas atuais ou arrependidos, mas visava também seus simpatizantes de outrora. Ainda de acordo com Marie (2011), Stalin não demorou em encarregar seus colaboradores da tarefa de organizarem a repressão e alimentar a ideia de que as detenções e condenações injustificadas não vem da parte dele, mas da NKVD, que age por sua conta. Marie acrescenta que seu objetivo era realizar uma ampla “limpeza” nos velhos quadros e promover jovens, novas lideranças. Segundo o

próprio Stalin (*apud* Marie, 2011, p. 466-467): “No nosso país há dezenas de milhares de pessoas capazes e talentosas. Basta reconhecê-las e promovê-las”.

Considerações finais

A análise de *História do Partido Comunista Bolchevique da URSS* em comparação com diversos autores da História Social da Revolução Russa, configurou-se como uma oportunidade para evidenciar como a burocracia stalinista reestruturou a historiografia, convertendo-a em um genuíno instrumento político destinado à legitimação da ditadura de Stalin. Esse processo se deu mediante a subordinação da produção intelectual às exigências e demandas imediatas do Estado, o que ocasionou a conversão da narrativa histórica em uma eficiente ferramenta de controle ideológico, na qual a elaboração da história passou a atender aos interesses políticos específicos.

Conforme as considerações de autores como Fontana, Haupt, Deutscher, Broué, e Lewin, pode-se constatar que a historiografia soviética no período stalinista passou a desempenhar uma função que pode ser considerada essencialmente política. O objetivo primordial dessa abordagem historiográfica era legitimar as ações realizadas pela direção do partido, enquanto, simultaneamente, buscava silenciar quaisquer vozes dissidentes que pudessem estar presentes. Essa historiografia atuava para reconstituir o passado de acordo com as conveniências e exigências do presente, ajustando, desse modo, a narrativa histórica de acordo com os interesses do Estado burocratizado.

Evidencia-se que o stalinismo não se consolidou apenas por meio da imposição de repressões físicas, dos expurgos efetuados e da estrutura policial vigente na União Soviética. A consolidação do stalinismo ocorreu, igualmente, por intermédio da criação de uma robusta hegemonia narrativa, a qual teve a incumbência de reestruturar e redefinir a memória histórica vinculada à Revolução Russa e ao Partido Bolchevique. Dessa forma, o negacionismo, a manipulação e a falsificação histórica foram essenciais para garantir o controle e a legitimidade do stalinismo.

O assassinato de Kirov e os sucessivos processos não devem ser interpretados como casos jurídicos isolados e desconectados, mas, devem ser encarados como elementos de um projeto muito mais extenso, cujo objetivo era a destruição política, a deslegitimação simbólica e o apagamento histórico da antiga elite bolchevique.

Em *História do Partido Comunista Bolchevique da URSS*, encontramos uma narrativa que reproduz o discurso oficial da burocracia stalinista. Ao abordar o Primeiro

Processo Moscou, o texto retrata os acusados com expressões depreciativas e condenativas, como “traidores”, “terroristas”, “agentes fascistas” e “guardas brancos”. Em nenhum momento a obra apresenta evidências materiais ou documentação processual. Em contrapartida, as declarações dos acusados, adquiridas por meio de tortura, são consideradas como verdades absolutas e definitivas. Dessa forma, o discurso institucional se impõe, substituindo a pesquisa e a análise histórica.

Também buscou-se evidenciar que os processos e os expurgos significaram uma destruição simbólica das trajetórias, tanto políticas quanto intelectuais. Isso indica que, além de eliminar fisicamente os adversários, houve um esforço para erradicar a memória e a importância das ideias e contribuições de indivíduos que se encontravam na oposição, configurando, assim, um contexto em que as vozes dissidentes foram silenciadas. A trajetória de Trotsky e de Rubin exemplificam como a produção de conhecimento crítico e intelectual foi perseguida e interrompida violentamente.

Em suma, a presente pesquisa buscou destacar a importância da historiografia crítica, que se estabelece como um instrumento fundamental no combate ao negacionismo e à manipulação política. Ao problematizar as falsificações presentes na historiografia oficial, procurou-se contribuir para que os interessados na história soviética não se deixem enganar pelos discursos negacionistas acerca do stalinismo e possam se aproximar de uma perspectiva historiográfica crítica sobre a URSS. Trata-se de uma abordagem que busca compreender suas vitórias e derrotas, seus acertos e erros, sem ocultar suas contradições e problemas. Somente assim a historiografia poderá continuar avançando na construção de uma compreensão mais profunda das revoluções socialistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROUÉ, Pierre. *O partido bolchevique*. São Paulo: Sundermann, 2014.
- CARR, E. H. *A Revolução Russa de Lênin a Stálin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- Comissão do Comitê Central..., *História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S.* Pernambuco: Edições Centro Cultural Manoel Lisboa, 1999.
- DEUTSCHER, Isaac. *Stalin: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido*. Editora Civilização Brasileira, 1968.
- FONTANA, Josep. Os marxismos. In: *A História dos Homens*. Tradução de Heloisa Reichel e Marcelo Fernando da Costa. Bauru: EDUSC, 1998. p. 309–313.
- HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? *Revista História & Perspectivas*, [S. l.], v. 23, n. 43, p. –, dez. 2010. Item III, p.54-58.
- LEWIN, Moshe. *O século soviético*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MARIE, Jean-Jacques. *Stalin*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- RUBINA, B. I.; PADIAL, Rafael de Almeida. **Memória de Isaak I. Rubin**. *Eleuthería*, v. 8, n. 14, 2023, p. 262 - 273.
- SEGRILLO, Angelo. **Historiografia da Revolução Russa**: antigas e novas abordagens. *Projeto História*, n. 41, p. 63-92, dez. 2010
- SILVA, João. Os marxismos. In: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (org.). *Historiografia e Revolução Russa*. São Paulo: Editora X, 2002. p. 309-341
- TROTSKY, Leon. *Os crimes de Stalin*. Rio de Janeiro: Editora Melso, [s.d.].
- TROTSKY, Leon. *Minha vida*: ensaio autobiográfico. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1930.
- TROTSKY, Leon. *Stalin*: biografia. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.
- PADIAL, Rafael de Almeida (trad.). Memória de Isaak I. Rubin. Por B. I. Rubina (c. 1971). *Eleuthería – Revista do Curso de Filosofia da UFMS*, v. 8, n. 14, p. 262-273, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/download/18075/13066>. Acesso em: 7 abr. 2026.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. **Breve comentário sobre a historiografia soviética e a revolução russa**. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 39, p. 137-149, jul./dez. 2017.